

Princesa (11). Trata-se de um projecto, a decorrer pelo período de cinco anos, em que a investigação e a intervenção educativa, se desenrolam em torno de três grandes áreas:

- aprendizagem com duas línguas: Português e Crioulo Caboverdiano
- desenvolvimento curricular e gestão institucional para uma escola multicultural
- relação escola-famílias-comunidade.

Mais recentemente a ESE de Setúbal avançou com uma proposta de *Centro para a Igualdade de Oportunidades em Educação*, como resultante do trabalho desencadeado nos últimos três anos pelo Projecto TENET (Formação de Professores para uma Escola Não Sexista). Procura-se agora a abordagem integrada da igualdade de oportunidades pelo alargamento de perspectivas a outras áreas, para além das questões do género, como as da raça, etnia, classe social e deficiência. Este Centro pretende ser um aglutinador de investigação e de acção, funcionando como um recurso de apoio científico e pedagógico aos projectos das escolas e também de suporte documental e de produção de materiais para os docentes, as famílias dos alunos e outros agentes educativos.

Outras escolas superiores começam também agora a preocupar-se com estas novas problemáticas do multiculturalismo e da educação de minorias étnicas, não só a nível do lançamento e apoio de projectos, como pela introdução formal e explícita destes temas nos currículos de formação, como até pela criação de cursos especializados ao nível da pós graduação, caso da Universidade Aberta que criou recentemente um mestrado em "Relações Interculturais" (12).

No entanto, temos que reconhecer que, em Portugal, está quase tudo ainda por fazer no âmbito da Educação Multicultural; em especial na área da formação dos professores e na edição de recursos bibliográficos, apesar de nos últimos anos terem aparecido traduções de livros infantis e juvenis que poderão constituir uma ajuda razoável para aqueles que queiram iniciar o trabalho neste domínio (13). Já não estamos na "estaca zero", mas as novas realidades do mundo actual e o direito a uma vida de sucesso para todas as crianças e jovens deste país obrigam-nos a agir e andar depressa, porque o futuro começa hoje.

(*) Professor-adjunto de nomeação definitiva. E.S.E. de Setúbal

blemáticas; por exemplo, no "Estudo do Meio" do 1.º ciclo do ensino básico, alguns pontos aí enunciados, tais como "Conhecer costumes e tradições de outros povos" e os que apontam para a abordagem de conteúdos "de outras regiões ou países" aparecem com a ressalva de que "só deverão ser abordados se houver manifesto interesse por parte dos alunos"!!

(10) James A. Banks (1991), "Knowledge construction and multicultural teacher education"; comunicação apresentada em 6

de Abril, na Conferência Anual da A.E.R.A. (American Educational Research Association), Chicago, Illinois.

(11) Projecto "Várias Culturas Uma Escola". Escola Primária n.º 4 de Corroios - Quinta da Princesa / ESE de Setúbal / DREL, 1991.

(12) Portaria n.º 944/91 de 17 de Setembro, D.R. n.º 214, I Série-B.

(13) Luís Souta, "Educação Multicultural em livros para crianças". Diário de Notícias (página de Educação) 24/12/89.

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

- passado e futuro como debate de hoje

Fernando Miguel Almeida (*)

Face à indiferença de uns relativamente ao património histórico e cultural local, contrapõe-se frequentemente o saudismo desapontado de outros relativamente às histórias, aos valores e aos modos de vida do passado e alguma perplexidade face às vicissitudes actuais da preservação da sua memória.

O debate, quando ocorre, centra-se sobretudo na discussão das prioridades de investimento e nas alegadas faltas de recursos financeiros das autarquias, em suportarem e incentivarem a investigação e a revalorização do passado histórico e cultural local.

A reflexão em torno de uma actualização dos motivos que justificam hoje uma preocupação pela recuperação dessa memória histórica local, obriga a considerar também as condições sociais e culturais que contribuem para a explicação da indiferença a que já aludimos.

Assim, é sabido que o Distrito de Setúbal e particularmente a sua Península funcionaram, nas últimas décadas, como um forte pólo de atracção populacional, no contexto do crescimento e desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa, implicando um crescimento

significativo da população residente com origem em outras regiões do país.

Com essa forte mobilidade geográfica, que nesta região caracteriza a vida urbana e o seu crescimento, reduz-se significativamente a proporção entre a população estabelecida no local e a população recém-chegada.

A intensidade do afluxo populacional confronta-se com a incapacidade das disponibilidades de alojamento e a saturação dos equipamentos colectivos. A grande aglomeração urbana sujeita a um significativo processo de crescimento, impede que os indivíduos escolham livremente o seu alojamento, o lugar da sua habitação ou do seu trabalho, já que "... em vez de permitir o estabelecimento progressivo de uma ordem em que cada um, por tentativas e com erros, encontra o lugar que lhe convém — desenvolve uma distribuição desordenada, onde não importa o que se encontra, não importa onde" (1).

Assim, os lugares de residência afastam-se cada vez mais (no espaço e no tempo) dos lugares de trabalho, implicando intensos movimentos pendulares quotidianos de população que diariamente percorre os percursos ca-

sa-trabalho e trabalho-casa.

Correlativamente, aumenta a distância relativamente aos lugares da vida social.

A cidade passa a ser predominantemente organizada em função da satisfação das necessidades individuais de consumo, em detrimento das manifestações da vida colectiva.

Em consequência, os sentimentos de pertença ao local diluem-se, ou desaparecem mesmo, em função de outros sentimentos de pertença que se impõem de forma mais intensa no quotidiano dos indivíduos (2).

rências (ao lugar de origem, ao lugar de trabalho, ao lugar de residência, ou a nenhum em especial), sobrepondo-se e valorizando-se Identidades que não se relacionam nem se fundem numa referência e numa pertença espacial em particular.

O desenvolvimento de uma "sociedade de massas" pelos impactos produzidos pelos meios de comunicação social e pela padronização dos consumos, tem um papel essencial numa tendência à uniformização e à desvalorização das diferenças.

A ambiguidade entre as fronteiras físicas da região política e adminis-

da a possibilidade de uma individualidade social e espacial marcada e marcante para os seus habitantes.

Como refere P. Pellegrino, estes factos permitem duvidar da existência das identidades locais "pela grandeza das transformações do território regional, cuja importância qualitativa se opõe à permanência da singularidade do lugar (3).

Se o crescimento dos diferentes centros urbanos da Península de Setúbal e/ou a importância das suas diferentes modalidades e graus de integração

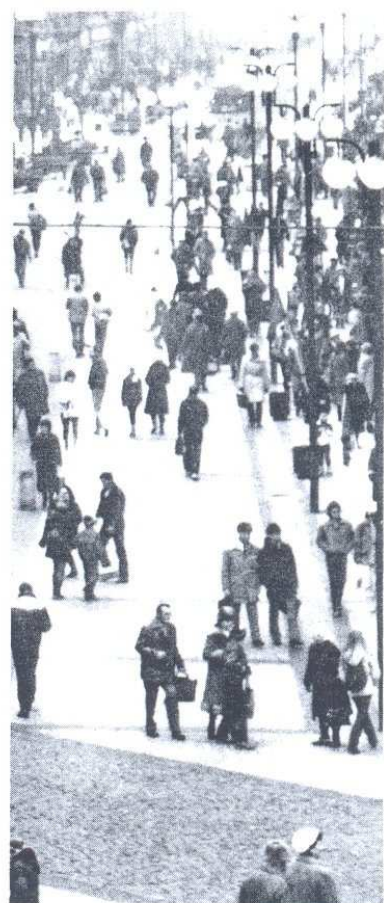
mite reconsiderar a inevitabilidade dessa indiferenciação.

A definição de estratégias de desenvolvimento local não se restringe de facto às dimensões económica e social, supõe a necessidade de uma revalorização do espaço local pela reafirmação da sua diferença e das suas especificidades culturais. Supõe também um projecto de desenvolvimento cultural.

A valorização do espaço e da comunidade que o ocupa é, para além das condições das infra-estruturas oferecidas, das acessibilidades regionais, das facilidades eco-



Os índices elevados de mobilidade geográfica, a intensidade dos movimentos pendulares quotidianos, e a mobilidade profissional que caracteriza as sociedades actuais, são factores que geram a ruptura incessante das solidariedades sociais, implicando a sua desorganização e o enfraquecimento da consciência e da "personalidade urbana"



As especificidades sociais e culturais a existirem, confundem-se em função da multiplicidade de referências culturais da população recém-chegada.

De facto, as pertenças dos seus habitantes parecem repartir-se por uma multiplicidade de refe-

trativa e a origem/destino dos fluxos demográficos, económicos, políticos e culturais, regista a sua integração crescente na metrópole de Lisboa, e sugere uma heterogeneidade de determinações exógenas que se sobrepoem aos dinamismos endógenos e põem em dúvi-

na Área Metropolitana de Lisboa implicaram a atenuação das condições de sobrevivência de especificidades sócio-culturais locais, a afirmação da necessidade de um desenvolvimento local que de alguma forma contrarie a periferização e o controlo da função dormitório, per-

nómicas ou financeiras, um importante factor de captação do investimento num contexto em que a "imagem" é uma dimensão importante da vida das empresas.

Por outro lado, um projecto de desenvolvimento local não pode ser inteiramente construído

PROFESSORES DEVEM DETERMINAR PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTÍNUA

António Matos (*)

Portugal é, no contexto europeu, o país com o mais baixo nível de qualificação dos recursos humanos – taxa de analfabetismo elevada, fraca cobertura de educação pré-escolar, insatisfatório cumprimento da escolaridade obrigatória, alta taxa de insucesso escolar, insuficiente peso do ensino profissional. Esta situação é considerada forte obstáculo ao desenvolvimento social e económico que requer altos níveis de qualificação no plano da formação e dos recursos humanos.

Parece ser necessário um aprofundamento da vasta gama de programas nacionais e regionais orientados para a eliminação progressiva das principais deficiências com que se confronta o sistema educativo português, privilegiando nomeadamente:

a) o acesso generalizado à educação – democratização do acesso à escola;

b) combate ao insucesso escolar – a democratização do sucesso na escola;

c) desenvolvimento e diversificação do ensino técnico-profissional;

d) melhoria da qualidade de educação através da melhoria e modernização dos “programas escolares” mediante um maior investimento nos “recursos materiais” do sistema (rede escolar,...), um aumento da qualificação dos “recursos humanos” (corpo docente,...) e uma melhoria dos

sistemas de apoio social escolar (mecanismos de discriminação social positiva);

e) adopção de um modelo de gestão do sistema educativo que aposte na descentralização nas regiões e nos municípios, conceda uma maior autonomia administrativa, pedagógica e cultural às escolas, criando nestas melhores condições para o exercício da actividade docente e para a qualidade do acto de ensino/aprendizagem.

As autarquias da região têm prestado relevante contributo à renovação da escola pública, ultrapassando as suas competências que, como é do domínio público, se situam no plano dos “recursos materiais” do sistema, e dos “apoios e complementos educativos”.

É nosso dever reconhecer que o País registou nos últimos anos evidentes êxitos na prossecução dos objectivos enunciados embora se encontre ainda longe das metas da Europa Comunitária. Deve, no entanto, sublinhar-se a situação de grande avanço registado ao nível

da região de Setúbal, situação que prenuncia circunstâncias favoráveis no plano da formação e qualificação de recursos humanos, condição fundamental, como dissemos, de um correcto modelo de desenvolvimento integrado.

Registe-se, designadamente, a existência no nosso distrito de uma taxa de analfabetismo das mais baixas, uma taxa de cobertura de escolaridade obrigatória claramente superior à média nacional, uma das menores taxas de insucesso escolar do país.

Pretendo partilhar convosco algumas notas a dar conta do forte investimento da administração pública do sistema educativo no sentido de conferir à educação o verdadeiro estatuto de prioridade nacional.

As autarquias da região têm prestado relevante contributo à renovação da escola pública, ultrapassando as suas competências que, como é do domínio público, se situam no plano dos “recursos materiais” do sistema, e dos “apoios e complementos educativos”.

Residindo embora nestes domínios o seu papel fundamental (considerando os dispositivos legais em vigor), tem havido um entendimento unânime de que importa ultrapassar as competências legais e investir na educação de forma a tornar a escola uma instituição onde o aluno conheça o sucesso escolar e o educador o sucesso profissional.

e praticado a partir do “topo” mas apropriado pelas populações na sua definição e na sua concretização. O investimento das populações nesse processo supõe o seu interesse, não só económico mas também, e sobretudo, simbólico, no desenvolvimento local (4).

Assim, o incentivo à investigação e divulgação da História local, a preservação do património histórico e cultural, a definição de um projecto educativo que integre o local na vida quotidiana das escolas, constituem passos absolutamente necessários no contexto de redefinição dos caminhos de desenvolvimento da região e das localidades que o integram.

(*) Professor Assistente. E.S.E. de Setúbal

NOTAS

(1) REMY (J), VOYE (L), 1981, “La Ville, ordre et violence”, Paris, PUF, p.49.

(2) LEDRUT (R), 1973, “Sociologie urbaine”, Paris, PUF, p.37.

(3) PELLEGRINO (P), et al, 1986, “Espace et Développement. Développement spatial et identités régionales au Portugal”, Genève, CRAAL - UNESCO, p.27.

(4) Ver LAUWE (C), 1981, “Transformations sociales et dynamiques culturelles”, Paris, CNRS.